programa final

Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras
Fórum de Usuários
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"
Simpósio de Inovações
Jornada de Cursos
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

Institutos Regionais Associados

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix
Secretaria Geral - Luciana Kanham
Confege, Confest e Simpósio de Inovações
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
Jornada de Cursos - Carmen Feijó
Finanças - Marise Maria Ferreira
Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira
Programação Visual - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza
Atendimento aos Participantes - Cristina Lins
Apoio
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk
Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.

ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS - III CONFERÊNCIA NACIONAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

Sessão Temática: Regionalização: conceitos, práticas, escalas e a experiência brasileira.

Geraldo Magela Costa - Debatedor

Considero que a questão da regionalização é, no momento atual, um dos temas mais importantes para várias disciplinas, tamanha é a diversidade do processo, o que resulta em variadas proposições, práticas e demandas. Isto porque, por um lado, assiste-se à crescente complexidade introduzida pela análise interdisciplinar ou pela "chegada" da análise ambiental e, por outro lado, observa-se um novo momento no processo de globalização/fragmentação, com evidentes repercussões sobre a estruturação espacial. No território brasileiro, esta última tendência se superpõe ao processo de homogeneização/fragmentação, decorrente do projeto de modernização conservadora do período do regime militar (Becker, 1991).

Partindo destas observações de caráter geral, pretendo fazer algumas considerações sobre os trabalhos apresentados pelo autor convidado, Prof. Speridião Faissol, e por três autores colaboradores, Professores Sylvio Bandeira de Mello e Silva e Barbara-Christine Nentwig Silva, da Universidade Federal da Bahia e da Professora Naia de Oliveira, do Rio Grande do Sul.

A combinação destes três trabalhos foi bastante feliz e enriquecedora do debate sobre a questão da regionalização. De um lado, a abordagem fiel ao título da Sessão Temática do Professor Faissol, principalmente em termos de conceitos, práticas e escalas, foi bastante rica e abrangente. O primeiro dos dois outros trabalhos recebidos analisa processos recentes de reestruturação territorial no Estado da Bahia, enquanto o segundo discute um fenômeno também novo, relacionado a processos de reestruturação sócio-espacial observado em uma área de fronteira: Estado do Rio Grande do Sul e Província de Corrientes na Argentina.

Em um ponto de seu trabalho, o Professor Faissol escreve: "Num momento, entretanto, em que se observa uma tendência avassaladora e irresistível para a globalização, a questão regional fica um pouco submersa num verdadeiro torvelinho epistemológico, especialmente porque a explicação cada vez mais globalizante dos processos políticos, econômicos e sócio-culturais, relega a explicação do processo de regionalização a uma simples *distintividade* econômico cultural; às vezes sugerindo que ele seja uma fragmentação do processo global; é aí que vemos, de forma clara, que esta fragmentação é mais mesmo esta distintividade, pois não vem de cima para baixo, portanto não se fragmenta, e sim é algo que resiste à globalização para se manter integrada"(Faissol, 1996: 8). Em outra parte de seu texto, o autor sugere: "O desenvolvimento regional, em si mesmo, passa a ser considerado uma espécie de reação ao moderno - a globalização".

Reside nesta passagem do texto importantes aspectos que dizem respeito à prática dos usuários das informações, seja para a análise/pesquisa ou para o planejamento/gestão territorial. Um primeira observação, no entanto, remete ao cuidado que se deve ter com a generalização de processos como o da globalização/fragmentação. Não há dúvidas que o fenômeno é uma realidade que faz parte do constante movimento do capitalismo, no seu processo de expansão e reprodução. Não há dúvidas também que, como chama atenção o Professor Faissol em seu texto, que a fragmentação é de fato uma distintividade, uma resistência à globalização. No entanto, como nos chama a atenção Préteceille (1994: 66), apesar da análise espacial hoje necessitar da "contribuição indispensável da análise sobre a globalização", há que se contestar "sua pretensão (...) de constituir um novo paradigma teórico capaz, por si só, de oferecer instrumentos de compreensão da realidade" que, no caso deste autor, refere-se às grandes metrópoles.

Portanto, apesar de minha concordância com a validade das afirmações do Professor Faissol, considero que elas possam ser ampliadas. Em primeiro lugar, em termos teóricos-conceituais, relacionados às visões dicotômicas globalização/fragmentação e globalização/distintividade, ou nos termos de Correia(1994), globalização/particularidades. De fato, observa-se que todos os processos estão ocorrendo simultaneamente, ou seja, o fenômeno da globalização reacende e evidencia as particularidades e também fragmenta "de cima para baixo", o resultado deste último sendo mais claramente excludente.

A este respeito é adequada a contribuição de Lefebvre (1993) sobre a dialética entre valor de troca e valor de uso que, na dimensão espacial, produzem respectivamente um espaço abstrato de exploração e um espaço social de usos. O espaço abstrato, que seria ao mesmo tempo homogêneo (do ponto de vista de sua funcionalidade para a acumulação) e fragmentado (de acordo com os interesses individuais dos agentes econômicos e de um Estado que lhes dá suporte), estaria em oposição ao espaço social, do valor de uso e do cotidiano, com o qual o cidadão se identifica. A discussão dicotômica sobre globalização/fragmentação só diz respeito ao espaço abstrato de Lefebvre, não dando conta de explicar as particularidades do espaço social. Para isto, como diz Santos (1994: 19), é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território usado, o uso do território". Ou seja, é necessário pesquisar realidades particulares e, para isto, a identificação e delimitação de certas espacialidades ou territorialidades é indispensável.

Um segundo comentário a respeito destas expressões sócio-espaciais do fenômeno, refere-se às novas experiências de planejamento/gestão que hoje se assiste em diversos níveis e escalas territoriais. Essas novas experiências muitas vezes são no sentido de buscar a inserção no processo de globalização, com o objetivo de se beneficiar dele, mais do que explorar particularidades. São exemplos disso as várias iniciativas que estão se generalizando, desde a escala macro, a exemplo da formação de blocos econômicos internacionais, até a escala micro, por meio da criação de consórcios municipais em torno de medidas de desenvolvimento regional. São novas formas de

gestão que, na sua concepção levam necessariamente à discussão de novas formas de regionalização em escalas diversas. Se associarmos esta discussão à tendência do planejamento participativo que se desenvolve especialmente no meio urbano, encontraremos outros exemplos de regionalizações, neste caso em escala espacial bastante reduzida.

Um terceiro comentário sobre o texto do Professor Faissol que remete à regionalização, refere-se à questão do regionalismo. O autor toma emprestada a definição de regionalismo de Iná de Castro, que afirma ser ele "a expressão política de grupos numa região, que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões ou ao próprio Estado. Esse é um movimento político, porém vinculado à identidade territorial". Esta discussão é importante em especial pelo riscos que ela acarreta, se se considera o regionalismo como elemento principal na delimitação regional e na definição de seus problemas que mereceriam a intervenção pública planejada. É a própria Iná de Castro que é citada pelo autor ao se referir a estes riscos: "O território passa a ser tratado como sujeito do processo histórico, substituindo e reduzindo a visibilidade das relações sociais, que se diluem nos problemas territoriais". Não há dúvidas, no entanto, que "os regionalismos" tem sido uma questão recorrente a partir dos anos 80, tanto na prática como nas análises de vários autores, indicando, com isto, novos aspectos a serem considerados em termos de análises regionalizadas.

Em quarto lugar, a leitura do texto dos Professores Sylvio Bandeira e Barbara-Christine Silva, nos remete a um aspecto que tem sido um dos motivos mais evidentes relacionados às novas regionalizações. Trata-se do processo crescente de integração do que os autores chamam de *periferia dinâmica*, ao processo mais geral de desenvolvimento globalizado, levando à formação de novas territorialidades. O fenômeno é geral e vem ocorrendo em várias partes do território brasileiro desde o projeto integrador-modernizador do regime militar, apresentando, no entanto, novas características com o processo de globalização, como afirmam os autores. Levando novamente em conta as precauções relacionadas à generalização da globalização em termos reais e de paradigma teórico de análise territorial, reconhece-se que esta questão é hoje fundamental na discussão sobre a regionalização. Trata-se da identificação do espaço das redes, da produção, que Martin Lu (1987) denomina entorno funcional, expressão espacial e territorial de fluxos relacionados a empreendimentos econômicos de grande porte.

Finalmente, o trabalho da Professora Naia de Oliveira que levanta questões importantes sobre uma área de fronteira inserida no contexto do MERCOSUL e que certamente remete a uma discussão mais aprofundada sobre o processo de produção, estruturação e delimitação do espaço geográfico. É também um fenômeno novo e complexo, uma vez que ali a questão da regionalização envolve diferentes países e, conseqüentemente, bases diferentes de dados e informações. No entanto, a questão da regionalização não aparece explicitamente no texto apresentado, permanecendo como um potencial latente a ser explorado.

Acredito que as considerações até aqui apresentadas fornecem uma boa base de discussão para a questão da relação entre produtores e usuários de informações de base territorial. O texto do Professor Faissol nos lembra que as várias regionalizações propostas e praticadas pelo IBGE ao longo de sua história tem como um de seus objetivos principais a agregação e divulgação de dados estatísticos. Referindo-se às regiões homogêneas, por exemplo, o autor afirma que elas "serviram e servem a uma variada gama de interesses e objetivos, sejam eles de natureza conceitual ou prática. A divulgação de dados é um destes objetivos, que no caso brasileiro tem se voltado muito para a divulgação de dados estatísticos, principalmente os produzidos pelo IBGE. Aí a questão se concentra na idéia da Divisão Regional, um dos esforços importantes da pesquisa do Departamento de Geografia nos seus primeiros vinte ou trinta anos de sua existência". O objetivo de divulgar dados estatísticos marcou também a divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas.

A delimitação regional, se sempre foi uma questão difícil, por vários motivos que a literatura especializada já afirmou e reafirmou, torna-se hoje ainda muito mais complexa, principalmente pelas alterações que estão sendo observadas em termos da produção do espaço social e das transformações que vêem ocorrendo nos processos de planejamento e de gestão em todas as escalas espaciais e territoriais, desde a do lugar, até a do regional e nacional, passando pelo nível urbano-municipal.

As regiões que foram criadas especificamente para fins de planejamento e gestão territorial, com a institucionalização do planejamento urbano e regional a partir da década de 60, eram e são de certa forma, assim como as regionalizações do IBGE, inapropriadas diante das transformações sócio-espaciais dos tempos atuais.

Em Minas Gerais, por exemplo, foram criadas, nos anos 60, oito regiões de planejamento, a partir de estudos desenvolvidos pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e o Conselho de Desenvolvimento, marco inicial do planejamento territorial em Minas Gerais. Numa certa inversão de papéis, essas regiões passaram a ser a base de agregação de dados estatísticos por parte da Superintendência de Estatística e Informação estadual. Hoje, com a necessidade de novos recortes territoriais para análise e planejamento, tal regionalização mostra-se desatualizada e inapropriada para os propósitos tanto de agregação de dados quanto de gestão territorial.

Outras divisões regionais foram criadas no Estado ao longo dos anos que se seguiram àquela primeira experiência, sempre com o objetivo de planejamento ou de fornecer subsídios ao processo de descentralização da administração estadual. A base metodológica dessas regionalizações que se seguiram era o princípio da polarização. Foram estabelecidas regiões polarizadas, com base no modelo de potencial, utilizando-se os dados censitários de 1970 e 1980. Além disso, outras divisões regionais do Estado foram feitas por iniciativas tanto acadêmicas quanto de orgãos setoriais do Estado, orientadas para seus planejamentos específicos.

Além da limitação dos pressupostos teóricos do modelo para identificar regionalizações - a teoria do lugar central -, as regiões assim criadas não são capazes

de expressar o intenso e rápido processo de desestruturação/reestruturação que vem sendo observado nas últimas décadas nos territórios mineiro e brasileiro. São regionalizações de carater geral, talvez marcadas pelas perspectivas do planejamento compreensivo e integrado que, no seu enfoque totalizante, opõe-se ao planejamento estratégico, onde a decisão política reduz a necessidade de abordagens globalizantes e generalizadas e de delimitações espaciais precisas.

Portando, por um lado, a cada dia, a atividade prática de pesquisa, planejamento e gestão no e do território está a exigir novos métodos para identificar e delimitar processos regionais, conforme se depreende dos comentários apresentados nesta comunicação. Por outro lado, no entanto, as análises atuais relacionadas à produção e estruturação do espaço, realizadas para orientar a política e o planejamento de base territorial, não exigem necessariamente delimitações regionais precisas. Este poderia ser, por exemplo, o caso da identificação de novas territorialidades no Estado da Bahia, conforme proposição dos Professores Sylvio Bandeira e Barbara-Christine Silva.

Em certos casos, no entanto, como no de uma pesquisa que venho realizando em parte da cidade de Betim, Minas Gerais, a delimitação precisa é uma necessidade para os propósitos da análise. Trata-se de um bairro que surge em função da presença da FIAT Automóveis e que tem se mostrado um excelente laboratório para se entender a expressão sócio-espacial urbana resultante da presença de um grande empreendimento industrial globalizado no meio urbano. Neste caso, a identificação e delimitação do bairro exige o tratamento de dados desagregados por setores censitários. As dificuldades que venho encontrando estão nos reduzidos dados possíveis a este nível de desagregação e na não coincidência tanto das informações disponíveis quanto da delimitação dos setores utilizados nos dois censos pesquisados: o de 1980 e o de 1991.

Um outro exemplo poderia ser as delimitações de bacias hidrográficas, que tem sido objeto de análise ambiental integrada, uma necessidade dos tempos atuais. As dificuldades neste caso são óbvias, principalmente pela não coincidência dos limites territoriais municipais ou estaduais, com aqueles que definem a bacia.

Outros exemplos poderiam ser citados, para mostrar as necessidades atuais relacionadas à análise de processos de regionalização. Espero que os comentários contidos neste texto forneçam algum subsídio para o necessário diálogo entre produtores e usuários de informações. Acredito que a discussão iniciada com as proposições contidas no documento preliminar do I FORUM NACIONAL DE USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS já é um primeiro passo importante nesta direção. Além disso, afirmo que uma característica importante dos dados do IBGE deveria ser a sua flexibilidade, principalmente em termos de escalas espaciais, permitindo desta forma agregações de acordo com as necessidades da prática de pesquisa ou do planejamento de base territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BECKER, B. 1991. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. *Espaço & Debates, ano XI, v.32.* São Paulo, CANOPUS. pp. 47-56.

2. CORREIA, R.L. 1994. Região: globalização, pluralidade e persistência conceitual. *Anais do 5o. Congresso Brasileiro de Geografia - Curitiba/PR.* São Paulo, AGB. pp. 215 - 226.

3. FAISSOL, E. 1996. *Regionalização, conceitos, práticas, escalas e a experiência brasileira*(fotocópia).

4. LEFEBVRE, H. 1993. *The production of space.* Oxford, Blackwell. 3a. edição na lingua inglesa.

5. LU, Martin. 1987. Os grandes projetos da Amazônia: integração e sub-desenvolvimento. *Cadernos NAEA 9.* Belém, UFPA/NAEA. pp. 128-148.

6. OLIVEIRA, N. 1996. *Áreas de fronteira na perspectiva da integração latino-americana: o caso de Uruguaiana*(fotocópia).

7. PRETECEILLE, E. 1994. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, L.C.Q., SANTOS JR. (org). *Globalização, fragmentação e reforma urbana;* o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 65-89.

8. SANTOS, M. 1994. O retorno do território. In: SANTOS et alli (org), 1994. *Território: globalização e fragmentação.* São Paulo, HUCITEC/ANPUR. pp.15 - 20.

9. SILVA, S.B.M. & SILVA, B.N. 1996. *Globalização e reestruturação territorial no Estado da Bahia*(fotocópia).